



Estratégia
Concursos

1º SIMULADO

TCE RJ

**ANALISTA DE
CONTROLE EXTERNO (DIREITO)
PÓS-EDITAL**

29 DE AGOSTO

APLICAÇÃO: 08:30 | CORREÇÃO NA ÁREA DO ALUNO

CONFIRA!

Simulado Especial

TCE/RJ Área Analista de Controle Externo (Direito)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TCE/RJ;
- 2 – A prova contém **200 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulados-TCE-RJ-Direito-29-08-20>

01 – C E	26 – C E	51 – C E	76 – C E	101 – C E	126 – C E	151 – C E	176 – C E
02 – C E	27 – C E	52 – C E	77 – C E	102 – C E	127 – C E	152 – C E	177 – C E
03 – C E	28 – C E	53 – C E	78 – C E	103 – C E	128 – C E	153 – C E	178 – C E
04 – C E	29 – C E	54 – C E	79 – C E	104 – C E	129 – C E	154 – C E	179 – C E
05 – C E	30 – C E	55 – C E	80 – C E	105 – C E	130 – C E	155 – C E	180 – C E
06 – C E	31 – C E	56 – C E	81 – C E	106 – C E	131 – C E	156 – C E	181 – C E
07 – C E	32 – C E	57 – C E	82 – C E	107 – C E	132 – C E	157 – C E	182 – C E
08 – C E	33 – C E	58 – C E	83 – C E	108 – C E	133 – C E	158 – C E	183 – C E
09 – C E	34 – C E	59 – C E	84 – C E	109 – C E	134 – C E	159 – C E	184 – C E
10 – C E	35 – C E	60 – C E	85 – C E	110 – C E	135 – C E	160 – C E	188 – C E
11 – C E	36 – C E	61 – C E	86 – C E	111 – C E	136 – C E	161 – C E	186 – C E
12 – C E	37 – C E	62 – C E	87 – C E	112 – C E	137 – C E	162 – C E	187 – C E
13 – C E	38 – C E	63 – C E	88 – C E	113 – C E	138 – C E	163 – C E	188 – C E
14 – C E	39 – C E	64 – C E	89 – C E	114 – C E	139 – C E	164 – C E	189 – C E
15 – C E	40 – C E	65 – C E	90 – C E	115 – C E	140 – C E	165 – C E	190 – C E
16 – C E	41 – C E	66 – C E	91 – C E	116 – C E	141 – C E	166 – C E	191 – C E
17 – C E	42 – C E	67 – C E	92 – C E	117 – C E	142 – C E	167 – C E	192 – C E
18 – C E	43 – C E	68 – C E	93 – C E	118 – C E	143 – C E	168 – C E	193 – C E
19 – C E	44 – C E	69 – C E	94 – C E	119 – C E	144 – C E	169 – C E	194 – C E
20 – C E	45 – C E	70 – C E	95 – C E	120 – C E	145 – C E	170 – C E	195 – C E
21 – C E	46 – C E	71 – C E	96 – C E	121 – C E	146 – C E	171 – C E	196 – C E
22 – C E	47 – C E	72 – C E	97 – C E	122 – C E	147 – C E	172 – C E	197 – C E
23 – C E	48 – C E	73 – C E	98 – C E	123 – C E	148 – C E	173 – C E	198 – C E
24 – C E	49 – C E	74 – C E	99 – C E	124 – C E	149 – C E	174 – C E	199 – C E
25 – C E	50 – C E	75 – C E	100 – C E	125 – C E	150 – C E	175 – C E	200 – C E

CONHECIMENTOS BÁSICOS**PORTUGUÊS**

Felipe Luccas

TEXTO I**As raízes da corrupção no Brasil**

A cordialidade da elite do município de Curuzu enganou o honesto e ufanista Policarpo Quaresma. No início, o personagem central da obra de Lima Barreto chegou a pensar que a intimação assinada pelo simpático presidente da Câmara era apenas uma brincadeira (capinar e limpar mil e duzentos metros de estrada). Porém, o documento era uma vingança. Ao se recusar a entrar no jogo da corrupção local, Policarpo se tornou alvo de represálias.

No romance de 1911, a corrupção na esfera pública não surge como fenômeno novo, mas aparece como mal característico da sociedade, que a República não demonstra interesse em suprir. As represálias sofridas por Policarpo escancaram o uso do patrimônio público para interesses privados.

Essa confusão tem sua origem séculos antes da publicação do romance. A ausência de distinção entre público e privado (patrimonialismo) e favorecimento de indivíduos com base nos laços familiares e de amizade (clientelismo) foram características do modelo de colonização aplicado no Brasil.

Tolerada pela Corte e ignorada pela Justiça, a corrupção encontrou, desta maneira, em solo brasileiro, condições propícias para sobreviver e se difundir na cultura do novo país durante a sua formação.

Sem uma ruptura real com as práticas patrimonialistas e clientelistas, depois das duas primeiras grandes mudanças no sistema político – a independência e a proclamação da República – a corrupção continuou ganhando terreno em instituições públicas e no cotidiano brasileiro.

"Desde a colônia, temos um Estado que nasce por concessão, no qual a instituição pública é usada em benefício próprio. A corrupção persiste no Brasil devido a essa estrutura de colonização", diz a historiadora Denise Moura.

<https://www.dw.com/pt-br/as-ra%C3%ADzes-da-corrup%C3%A7%C3%A3o-no-brasil/a-39098226>

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos do texto I, julgue os itens a seguir.

01. O autor faz uso de uma referência literária para introduzir o tema do texto: a origem da corrupção no Brasil.
02. Segundo as ideias veiculadas no texto, a corrupção continuou alastrando-se no Brasil republicano.
03. Os vocábulos “represálias” e “indivíduos” se acentuam pela mesma justificativa gramatical.
04. Infere-se do texto que Quaresma foi intimado a capinar e limpar mil e duzentos metros de estrada como vingança por não participar de um esquema de corrupção.
05. O vocábulo “que” (2º parágrafo), sem prejuízo às relações coesivas originais, poderia ser substituído por “a qual”.
06. O segmento “Essa confusão” (3º parágrafo) refere-se à mistura entre as esferas pública e privada.
07. Verifica-se no quarto parágrafo uma relação de causa e efeito.
08. A oração “Ao se recusar a entrar no jogo da corrupção local” (1º parágrafo) expressa ideia de explicação.
09. O patrimonialismo, apresentado como fator que fomenta a corrupção, remonta ao período da colonização.
10. A partícula “para” (2º parágrafo) sugere noção de propósito.

TEXTO II**Auditoria Social**

O processo de Auditoria Social teve início nos Estados Unidos em 1940, através de seu precursor Theodore J. Kréps, acadêmico e consultor do “Temporary National Economic Committee” (Comitê Temporário Econômico Nacional) criado pelo Congresso Americano em atendimento ao pedido feito em discurso pelo Presidente Franklin Roosevelt em 1938, que combatia dentre outras coisas, os monopólios. O ilustre Dr. Theodore J. Kréps desenvolveu metodologia própria de Auditoria Social e “auditou socialmente a economia americana e grandes empresas”, tornando de conhecimento público os resultados dessa “Auditação Social Americana”.

Foram desenvolvidos ao longo de dezenas de séculos, vários tipos de negócios, a maioria, através da apropriação do acervo que pertencia às comunidades locais. Terceiros exploravam os recursos naturais e se apropriavam dos conhecimentos ancestrais de acesso e disponibilidade aos mesmos. Esses patrimônios genéticos foram obtidos através da conexão do homem, diretamente com a natureza.

Grandes corporações movem-se global e livremente há muitos séculos, enquanto que a maioria das sociedades humanas e governos permanecem atreladas ao local físico. Uma das finalidades da Auditoria Social é a de identificar através da visibilidade de dados e informação integrados, o padrão de relacionamento indefinido público-privado, baseado na apropriação por parte de terceiros, da gestão de conhecimentos e recursos: conhecimentos humanos, sociais, ambientais, financeiros e econômicos, pertencentes as comunidades locais e a sociedade como um todo.

Muitos acadêmicos e empresários, confundem “Auditoria Social” com “Responsabilidade Social”, mas são processos que atendem a interesses específicos: enquanto a Responsabilidade Social mantém a “Entidade” como a única geradora de informação sobre a sua atuação (grandes empresas, governos e outros), caracterizando um monólogo, o mesmo não ocorre com a Auditoria Social, que se utiliza de outros dados, informações, conceitos, técnicas e metodologias, para gerar um Diálogo de Transformação Social Inclusivo.

Maria de Fátima de Lima Pinel, doutora em Auditoria, conceitua Auditoria Social como: “Um processo intervencionista social, que tem por objeto o controle do patrimônio universal (recursos humanos, sociais e ambientais) e por objetivo tornar esse acervo de recursos acessível e disponível, para usufruto sustentável das comunidades locais no presente e no futuro, em simetria com a sociedade global.

<http://www.auditoriasocial.com.br/>

Considerando os elementos linguísticos do texto II, julgue os itens a seguir.

11. De acordo com o texto, a identificação do padrão de relacionamento público-privado está entre os propósitos da Auditoria Social.
12. O termo “doutora em Auditoria” (5º parágrafo) exerce função sintática de aposto.
13. Infere-se do texto que a distinção entre “Auditoria Social” e “Responsabilidade Social” reside no fato de que aquela foca nas informações fornecidas pela própria entidade, caracterizando um monólogo, enquanto esta configura um diálogo.
14. Sem prejuízo à correção gramatical, a partícula “se” em “se apropriavam” (2º parágrafo) poderia ser deslocada para posição enclítica.
15. Prejudicaria a correção gramatical a inserção de uma vírgula após “combatia” (1º parágrafo).
16. Manteria a correção gramatical a substituição de “de conhecimento público” (1º parágrafo) por “público”.
17. Sem prejuízo gramatical, o primeiro período do segundo parágrafo poderia ser reescrito da seguinte forma: Desenvolveu-se, ao longo de dezenas de séculos, vários tipos de negócio; a maioria, através da apropriação do acervo que pertencia às comunidades locais.
18. O adjetivo “global” (3º parágrafo) refere-se às grandes corporações.
19. A oração “há muitos séculos” (3º parágrafo) poderia ser reescrita da seguinte forma: fazem muitos séculos.

20. O sujeito da forma “se apropriavam” (2º parágrafo) está elíptico e tem como referente “Terceiros”.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Rennó

21. A visão do cidadão como cliente para os serviços públicos ofertados pelo Estado é típica da administração pública gerencial.

22. O modelo burocrático da administração pública pressupõe uma maior liberdade gerencial aos gestores públicos, de maneira que seja potencializada a cobrança de resultados.

23. A administração pública gerencial não adota os mesmos pressupostos da iniciativa privada, em termos de planejamento, controle e resultados.

24. A reforma administrativa executada através do PDRAE conseguiu eliminar as práticas patrimonialistas nos diversos níveis da administração pública.

25. A Administração Paralela no governo de JK objetivava superar o modelo burocrático e instaurar uma máquina pública mais eficiente.

26. Após a reforma do Decreto Lei 200/67, foi deflagrado um processo de municipalização da gestão pública e, conseqüentemente, de concessão de maiores poderes aos municípios.

27. A governança pública é busca atender aos interesses da sociedade através da implantação de políticas públicas, sem desprezar o equilíbrio financeiro e fiscal do Estado.

28. O termo accountability está relacionado estritamente ao cumprimento de normas legais e estatutárias de um órgão público.

29. O controle social, ou popular, refere-se à participação da sociedade, como um todo, na elaboração, acompanhamento e monitoramento do poder público. Desta forma, a própria sociedade exerceria, então, o controle sobre o Estado.

30. O Portal da Transparência do Governo Federal foi lançado em 1993 e é responsabilidade do Tribunal de Contas da União, que recebe os dados de diversos órgãos do governo e disponibiliza em seu portal.

ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES

Thiago Cavalcante

Os dados são uma das maiores novas tendências em tecnologia e negócios em geral. Os “especialistas” em dados estão rapidamente se tornando alguns dos indivíduos mais bem pagos do setor, e cada empresa deseja navegar na onda de recursos de dados. Sobre dados, informação, conhecimento e inteligência, gestão do conhecimento e dados não estruturados avalie os itens abaixo.

31. Os dados são apenas um conjunto de sinais ou símbolos. Podem ser vistos inclusive como apenas um ruído.

32. Quando aplicamos sistemas para organizar e classificar dados, podemos transformar informações não estruturadas em conhecimento.

33. A sabedoria nos permite prever o futuro corretamente, não apenas detectando e compreendendo padrões, mas também compreendendo profundamente o “porquê” por trás desses padrões.

34. O campo da gestão do conhecimento identifica dois tipos principais de conhecimento. Conhecimento explícito é o conhecimento ou habilidades que podem ser facilmente articulados e compreendidos e, portanto, facilmente transferidos para outras pessoas, também é chamado de conhecimento formal ou codificado. O conhecimento tácito, ao contrário, é o conhecimento que é difícil de articular, empacotar e transferir ordenadamente para outras pessoas.

Sobre o modelo relacional jugue os itens a seguir:

35. O modelo relacional tem algumas informações sobre questões de armazenamento físico.

36. O banco de dados é inconsistente (pelo menos de um ponto de vista formal) se e somente se houver alguma restrição de integridade que deveria estar em conformidade, mas não está.

37. O valor de uma determinada visão em um determinado momento é o resultado da avaliação de uma determinada expressão relacional - a expressão que define a visão, especificada quando a própria visão é definida.

38. Um índice é uma estrutura especial que, no modelo relacional, cada tabela só pode ter um índice.

Sobre o modelo multidimensional julgue os itens a seguir

39. Os dados em um warehouse são geralmente dados multidimensionais com atributos de medida e atributos de dimensão.

40. As tabelas dimensões contêm as informações primárias no data warehouse e, portanto, são muito grandes.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Tonyvan Oliveira

41. Ao emitir opinião adversa, o auditor governamental concluiu, por meio de evidências, que há distorções irrelevantes no objeto.

42. Durante uma auditoria na Secretaria da Saúde, um auditor interno obteve evidências de que vacinas são aplicadas por técnicos em enfermagem em pessoas que não fazem parte de grupos de risco e que não necessitam das vacinas, em desacordo com as regras estabelecidas pelo Ministério da Saúde. Nesse caso, o auditor interno deve informar em seu relatório que aplicou testes de observância e constatou que há falhas nos controles internos.

43. Uma dos procedimentos realizados na execução da auditoria é a revisão analítica, que consiste em um conjunto de procedimentos com o objetivo de identificar áreas prioritárias ou que devem concentrar maiores esforços do auditor. Entre as características desse conjunto de procedimentos, destaca-se a utilização de índices econômico financeiros.

44. Caso seja identificado risco significativo, o auditor não precisa associar possíveis controles da entidade ao risco identificado, tendo em vista que a simples identificação dele denota a ausência ou a falha do controle.

45. O controle interno é definido, no âmbito do Internal Control – Integrated Framework, edição do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), como sendo um processo conduzido pela estrutura de governança, administração e outros profissionais da entidade, e desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade.

46. A existência de processo de avaliação de risco na entidade é indicador de que o controle interno está funcionando satisfatoriamente.

47. No caso de trabalhos de auditoria recorrentes, essas tarefas devem ser cumpridas logo após (ou em conexão com) a conclusão da auditoria anterior. A realização dessas tarefas permite ao auditor planejar o trabalho de auditoria para o qual, por exemplo, não há problemas de integridade da administração que possam afetar a sua disposição de continuar o trabalho.

48. Um achado de auditoria deve ser desenvolvido de forma a apresentar uma base sólida às conclusões e às propostas de encaminhamento dos auditores, atendendo, necessariamente, aos seguintes requisitos básicos: ser relevante, ser apresentado de forma objetiva e estar devidamente fundamentado em evidências e apresentar consistência de modo.

49. O instrumento de fiscalização denominado auditoria avalia o desempenho organizacional, bem como os sistemas, os programas, os projetos e as atividades governamentais, quanto à economicidade, à eficiência e à eficácia dos atos praticados.

50. O relatório de auditoria é o instrumento formal e técnico por intermédio do qual a equipe de auditoria comunica aos leitores o objetivo e as questões de auditoria, o escopo e as limitações de escopo, a metodologia utilizada, os achados de auditoria, as conclusões e as propostas de encaminhamento. Um dos requisitos de qualidade desse relatório é a exatidão, que significa apresentar as necessárias evidências para sustentar seus achados, conclusões e propostas, procurando não deixar espaço para contra-argumentações.

51. Nas auditorias operacionais, a regra é submeter o relatório preliminar aos comentários dos gestores, inclusive os achados, as conclusões e as propostas de encaminhamento formuladas pela equipe. Nas demais auditorias, o encaminhamento do relatório preliminar aos gestores é obrigatório se houver achados de alta complexidade ou de grande impacto, e opcional nas demais situações, a critério do dirigente da unidade técnica.

52. A avaliação do risco de distorção relevante não pode mudar durante o curso da auditoria, para não influenciar na opinião do auditor.

53. Eficácia refere-se ao esforço do processo de transformação de insumos em produtos.

54. O objeto da auditoria operacional, de acordo com as normas da INTOSAI, é a posição financeira, o desempenho, o fluxo de caixa ou outros elementos que são reconhecidos, mensurados e apresentados em demonstrações financeiras.

55. Nas auditorias de regularidade, as conclusões assumem a forma de opinião concisa e de formato padronizado sobre demonstrativos financeiros e sobre a conformidade das transações com leis e regulamentos, ou sobre temas como a inadequação dos controles internos, atos ilegais ou fraude.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

Julgue os itens seguintes sobre o controle da administração pública.

56. A fiscalização operacional tem o objetivo de analisar as operações realizadas pela administração pública, comparando essencialmente a conformidade dos atos com as normas pré-estabelecidas.

57. Não compete ao TCU apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal para cargo de provimento em comissão.

58. A decisão do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito tem eficácia de título executivo, mas é prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada nesse tipo de decisão.

59. Caso o Presidente da República não preste contas no prazo previsto na Constituição Federal, caberá à Câmara dos Deputados realizar a tomada de contas.

60. Se for instituído um território federal, a prestação de contas do governador desse território será submetida ao Congresso Nacional, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União.

61. Os tribunais de contas dos estados não têm competência para julgar as contas de gestão dos administradores públicos.

Sobre o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, julgue os itens a seguir.

62. O Ministério Público que funciona junto ao TCE é órgão com fisionomia e autonomia própria em relação ao Tribunal de Contas do Estado, motivo pelo qual goza de capacidade processual para impetrar mandado de segurança contra acórdão do Tribunal, no caso de violação das prerrogativas do órgão ministerial.

63. Os auditores ou conselheiros-substitutos são nomeados pelo Governador do RJ, dentre os cidadãos que sejam detentores de diploma de curso superior e satisfaçam os requisitos exigidos para o cargo de conselheiro.

64. Os conselheiros-substitutos gozam da vitaliciedade, que será adquirida após dois anos de efetivo exercício no cargo.

65. O TCE goza de capacidade de auto-organização, possuindo competência para elaborar o seu próprio regimento interno, que somente poderá ser aprovado e alterado por deliberação da maioria absoluta dos conselheiros.

Maria é conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e, após a realização de mudança de domicílio, firmou contrato com a concessionária de distribuição de energia elétrica do Estado. Além disso, antes da posse, Maria atuava como professora em instituição de ensino superior. Por fim, Maria foi eleita por conselheiros de diversos tribunais de contas para desempenhar atribuição de direção em associação da classe dos membros das Cortes de Contas.

Sobre a situação hipotética acima, julgue os itens a seguir.

66. O contrato com a concessionária de energia elétrica poderá ser firmado, inclusive com cláusulas especiais, uma vez que Maria ocupa cargo público de autoridade.

67. Maria poderá continuar desempenhando a profissão no magistério, mesmo após ser empossada como conselheira.

68. Em virtude da vedação ao direito de associação, Maria não poderá ocupar o cargo de direção na associação de classe, ainda que seja sem remuneração.

Considerando as disposições do Regimento Interno do TCE-RJ sobre os instrumentos de recurso, julgue os itens a seguir.

69. Caso um jurisdicionado do Tribunal faça confusão sobre o instrumento de recurso a ser adotado, será possível realizar a sua apreciação, desde que respeitadas a tempestividade e a legitimidade do recurso que seria correto à hipótese.

70. São irrecorríveis os pareceres prévios emitidos sobre as contas prestadas pelo Governador do Estado e pelos prefeitos municipais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

71. No que se refere aos objetos e às fontes do direito administrativo, entende-se que, com exceção dos costumes, são fontes do direito administrativo as leis, as doutrinas e as jurisprudências.

Julgue os itens a seguir acerca dos atos administrativos.

72. Entende-se que um ato administrativo de competência exclusiva de um determinado Prefeito, mas que foi publicado por um secretário desse mesmo município, mesmo não sendo vinculado, é considerado um ato insanável.

73. A autorização é um ato administrativo mediante o qual a Administração Pública faculta a um cidadão, de forma unilateral e vinculada, exercer determinada atividade para a qual preencha os requisitos legais.

74. O desfazimento de um ato válido em virtude do seu destinatário ter descumprido os requisitos necessários para a sua manutenção em vigor é denominado caducidade.

A respeito dos agentes públicos, julgue os itens a seguir.

75. A vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais a índices federais de correção monetária não viola a Constituição Federal.

76. Um concurso público de provas e títulos poderá ter validade de até um ano e ser prorrogado por mais um.

Julgue os itens a seguir sobre os poderes da administração pública.

77. A deslegalização nada mais é do que a permissão do Poder Legislativo, outorgada ao Poder Executivo, de editar normas de caráter técnico, de maneira inovadora.

78. As sociedades de economia mista, mesmo podendo exercer a atividade de polícia fiscalizatória, nunca podem aplicar sanções pecuniárias.

79. Atributo que, no exercício do poder de polícia, torna um ato obrigatório, independentemente da vontade do administrado, denomina-se autoexecutoriedade.

No que se refere ao regime jurídico-administrativo e aos princípios que regem a atuação da administração pública, julgue os itens a seguir.

80. Implícito no ordenamento jurídico pátrio, o princípio da proteção à confiança corresponde ao aspecto subjetivo da segurança jurídica.

81. Com vista a limitar a discricionariedade administrativa, fazendo com que a Administração Pública não se limite apenas à observância do princípio da legalidade de forma estrita, a doutrina incorporou em nosso direito o princípio da juridicidade.

Acerca da organização da administração pública, julgue os itens a seguir.

82. Por meio do acordo de colaboração a Administração Pública celebra uma parceria com a organização da sociedade civil, quando não envolver a transferência voluntária de recursos públicos.

83. As empresas públicas e as sociedades de economia mista respondem objetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiros quando atuarem na prestação de serviços públicos.

Sobre o controle da Administração Pública, julgue os itens a seguir.

84. O pedido escrito de informação, que tem por finalidade a obtenção de informações relacionadas com o exercício das atribuições da administração pública, está inserido no âmbito do controle judicial, conforme a Constituição Federal de 1988.

85. O controle provocado, que ocorre nos casos de interposição de um recurso administrativo, é uma espécie de controle que se contrapõe ao controle de ofício.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

Julgue as afirmações que se seguem, a respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos:

86. O indivíduo que, por motivos de crença religiosa ou filosófica, recusar-se a cumprir determinação legal, diante da ausência de lei fixando prestação alternativa, não estará sujeito à perda de seus direitos políticos.

87. Pessoas jurídicas não podem figurar no polo ativo ou como pacientes em *habeas corpus*.

88. Os sindicatos poderão atuar como substitutos processuais apenas no mandado de segurança coletivo.

89. O princípio da reserva legal simples determina que determinados assuntos devem ser disciplinados por meio de lei formal, sem especificar o conteúdo da norma a ser produzida. Já a reserva legal qualificada impõe que o ato normativo infraconstitucional seja elaborado conforma regras predeterminadas no texto constitucional.

A respeito da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue as próximas afirmações:

90. Operações financiadas com recursos públicos poderão ser acessadas pelo TCU, sendo descabido cogitar de violação à intimidade por quebra de sigilo bancário, nessa hipótese.

91. Os nove Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal.

Em relação às disposições contidas na CF/88 a respeito do Poder Legislativo, julgue o que segue:

92. A convocação extraordinária do Congresso Nacional, na hipótese de decretação do estado de defesa ou do estado de sítio, não poderá ser feita pelo Presidente da República.

93. Cada Território Federal elegerá um número fixo de 4 senadores.

Julgue o que se afirma abaixo, sobre o processo legislativo descrito na Constituição Federal:

94. Projeto de lei de iniciativa privativa do Presidente da República, proposto por parlamentar, será válido se sancionado pelo chefe do Poder Executivo.

95. O processo legislativo relativo às medidas provisórias terá início, obrigatoriamente, na Câmara dos Deputados.

Com base nas normas atinentes ao Poder Executivo, presentes na atual Constituição, julgue o que se afirma a seguir:

96. O Presidente poderá delegar aos Ministros de Estado a atribuição de extinguir órgãos públicos, desde que não implique aumento de despesas.

Sobre as normas constitucionais relativas ao Poder Judiciário, julgue a afirmação a seguir:

97. Após adquirirem a vitaliciedade, os membros do Poder Judiciário não podem mais perder o cargo.

Com base no que estabelece a Constituição da República sobre as funções essenciais à justiça, julgue o que se afirma a seguir:

98. O Advogado-Geral da União e o Procurador-Geral da República serão livremente nomeados pelo Presidente da República, sendo dispensada a aprovação do Senado, por maioria absoluta.

Sobre os direitos políticos elencados na Constituição da República, julgue o que se estatui a seguir:

99. Caso seja editada uma lei alterando o processo eleitoral, ela entrará em vigor na data de sua publicação, mas não será aplicável às eleições que ocorrerem a menos de um ano da data de sua vigência.

No que se refere aos direitos de nacionalidade, conforme preleciona a Constituição Federal, julgue a próxima assertiva:

100. O brasileiro nato jamais poderá ser extraditado, já que não está sujeito à perda da nacionalidade brasileira.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**AFO**

Luciana Marinho

101. O princípio da anualidade é reforçado quando a CF/88 afirma que nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

102. Segundo o princípio do orçamento bruto, a Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras. Sendo assim, as cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra incluir-se-ão, como despesa, no orçamento da entidade obrigada a transferência e, como receita, no orçamento da que as deva receber.

103. Diante das caudas orçamentárias que existiam no período anterior à Constituição de 1988, o princípio da exclusividade foi reforçado por nossa Carta Magna, não tolerando exceção, quando diz que a lei orçamentária anual deve conter tão somente matéria relativa à previsão da receita e à fixação da despesa.

104. Segundo preceitua a Lei 4.320/64, os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo. Nesse contexto, se o ente federativo obtiver excesso de arrecadação no mesmo exercício, será deduzido os créditos extraordinários aberto no exercício.

105. Segundo a Lei 4.320/64, a abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificada. Nesse contexto, entre as fontes para abertura trazidas pela lei poderá indicar aquelas que em decorrência de veto ficarem sem despesas correspondentes.

106. Segundo a Lei 4.320/64, a proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo nos prazos estabelecidos nas Constituições e nas leis orgânicas dos municípios, terá em sua composição especificação dos programas especiais de trabalho custeados por dotações globais, em termos de metas visadas, decompostas em estimativa do custo das obras a realizar e dos serviços a prestar, acompanhadas de justificção econômica, financeira, social e administrativa.

107. Durante a elaboração da LDO, deverá ser feito, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os dois exercícios subsequentes, anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento.

108. O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. No momento de sua criação, obedecendo dispositivo Constitucional, tal plano deve estar compatível com instrumento de planejamento de médio prazo.

109. A Lei 4.320/64, trouxe em seu arcabouço a previsão de uma programa da despesa que diz que, imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.

110. Segundo a LRF, as previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para o exercício seguinte àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

111. Sobre a LRF, julgue o item a seguir:

O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com a LRF e conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

112. Quanto à origem, as receitas são classificadas como patrimoniais e são as receitas oriundas da exploração do patrimônio imobiliário do Estado, como aluguéis, royalties de ente controlador, dividendos e juros de aplicação financeira.

113. Em relação à receita pública, julgue o item que se segue:

Segundo a Lei 4.320/64, as receitas tributária, de contribuição, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes são receitas correntes e o superávit do orçamento corrente receita de capital.

114. Em relação a LRF, julgue o item a seguir:

Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

115. Julgue o item a seguir, de acordo com a Constituição:

A transferência direta de recursos de emendas parlamentares a Estados, ao DF e a municípios, denominada transferência especial necessita de um instrumento de pactuação entre os entes federados, uma vez que pertencerá ao ente repassador após concluído o repasse.

116. De acordo com Lei 4.320/64, o controle da execução orçamentária compreenderá, entre outros, a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações e a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos.

117. Por conta da pandemia provocada pelo coronavírus, a execução da LOA de 2020 de determinado Estado destinou recursos vinculado à educação para a saúde pública como medida de combate ao estado de calamidade pública. Nesse contexto, tal situação é ilegal, pois a LRF preconiza que os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

118. De acordo com a LRF, julgue o item a seguir:

O financiamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.

119. De acordo com a LRF, julgue o item a seguir:

A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

120. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo e demais poderes estabelecerão a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, que será elaborado até trinta dias após a publicação dos orçamentos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

No que se refere aos processos de licitações públicas, julgue os itens a seguir.

121. De acordo com o princípio da impessoalidade, a Administração Pública não pode, concluída a licitação, atribuir o objeto desse procedimento a outrem que não o vencedor.

122. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade, de acordo com a lei, devendo protocolar o pedido até quatro dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.

123. A ocorrência de calamidade pública não acarreta a inexigibilidade de licitação.

124. Na ocorrência de situação de emergência pública, uma vez celebrado determinado contrato por meio da inexigibilidade de licitação para atender a necessidade temporária da população afetada, não é juridicamente possível a prorrogação desse contrato, que tem uma limitação temporal de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos.

Julgue os próximos itens sobre a modalidade licitatória pregão.

125. No pregão, as propostas terão validade de 180 (cento e oitenta) dias, caso outro prazo não esteja previsto no edital.

126. Mesmo para a aquisição de bens ou prestação de serviços comuns, não é possível utilizar a modalidade licitatória pregão pelo critério de técnica e preço.

No que se refere ao sistema de registro de preços, julgue os itens a seguir.

127. Os órgãos e entidades da administração pública federal não poderão aderir à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual.

128. Cabe ao órgão participante aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

A respeito dos contratos administrativos, julgue as assertivas a seguir.

129. O STJ entende que a contratação direta, quando não for caracterizada situação de dispensa ou inexigibilidade de licitação, não gera dano ao erário, caso o interesse público tenha sido comprovado.

130. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração não pode ser aplicada por prazo superior a 2 (dois) anos

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

Sobre o sistema de controle de constitucionalidade no Brasil, julgue o que se estatui a seguir:

131. O STF entende que a legitimidade ativa para a propositura de ADI, conferida às Confederações Sindicais, estende-se às federações sindicais e aos sindicatos nacionais.

132. Leis e atos normativos municipais podem ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade.

Sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue as próximas assertivas:

133. As decisões do Tribunal de Contas que resultarem na imputação de multa terão eficácia de título executivo, podendo a ação, inclusive, ser proposta pela própria Corte de Contas.

134. O Tribunal de Contas não poderá afastar a aplicação de lei supostamente violadora da Constituição, uma vez que o órgão não realiza o controle de constitucionalidade, seja ele concreto ou abstrato.

135. Lei de iniciativa parlamentar, dispondo acerca dos cargos de provimento efetivo do Tribunal de Contas, será inconstitucional.

No que se refere ao Poder Legislativo, julgue o item abaixo:

136. O parlamentar não poderá ser preso, ainda que tenha sido proferida sentença condenatória, exceto em caso de flagrante de crime inafiançável.

Quanto à defesa do Estado e das instituições democráticas, consoante o que determina a Constituição, julgue o item que se segue:

137. A decretação dos estados de sítio e de defesa dependem de prévia autorização do Congresso Nacional.

Levando-se em consideração as normas constitucionais relacionadas ao Processo Legislativo, julgue o item a seguir:

138. Durante o recesso parlamentar, a eficácia da medida provisória fica suspensa.

Julgue o item abaixo, sobre as regras atinentes aos direitos de nacionalidade, descritos na atual Constituição:

139. As hipóteses de aquisição da nacionalidade brasileira estão taxativamente prevista na Constituição.

Julgue o item que se segue, a respeito das regras direcionadas ao Poder Executivo, presentes na CF/88:

140. Os governadores e prefeitos poderão ser criminalmente processados sem a necessidade de autorização do Poder legislativo respectivo.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

141. A lei do domicílio do herdeiro regula a capacidade para suceder.

142. O exercício de cargo em comissão na Administração Pública é situação que permite a emancipação do menor de dezoito anos.

143. Em uma associação civil, há direitos e obrigações recíprocos entre os seus associados.

144. As praças públicas são bens públicos de uso especial.

145. Em um negócio jurídico, o silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.

146. Não constitui ato ilícito a lesão a pessoa quando resultar do exercício regular de um direito conhecido.

147. A prescrição iniciada contra uma pessoa é interrompida com sua morte e reinicia contra o seu sucessor.

148. Em uma obrigação indivisível, o herdeiro do devedor solidário poderá ser cobrado sozinho pela dívida toda.

149. A novação por substituição do devedor pode ser efetuada independentemente de consentimento deste.

150. A responsabilidade civil independe da criminal, sendo possível discutir a existência do fato no processo civil mesmo quando decidido em contrário no juízo criminal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

151. Após a inclusão do processo apto a julgamento em lista cronológica, eventual requerimento formulado pela parte não alterará a ordem a ser observada para decisão.

152. Havendo a presença da União como terceiro interveniente, o processo tramitando perante a Justiça Comum deverá ter seus autos remetidos ao juízo federal competente. Se o ente federal for excluído do processo, o referido juízo deverá restituir os autos ao juízo estadual sem suscitar conflito de competência.

153. O Município pode ser representado em juízo por seu prefeito ou procurador. Do mesmo modo, os Estados e o Distrito Federal poderão ser representados pelo governador ou por seus procuradores.

154. A gratuidade da justiça poderá ser deferida à pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, que não dispuser de recursos suficientes para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios. A alegação de insuficiência presume-se verdadeira quando deduzida por pessoa natural, cabendo às pessoas jurídicas comprovarem tal situação.

155. Os litisconsortes são considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, inclusive no litisconsórcio unitário, de modo que os atos e as omissões de um não prejudicarão aos demais, mas os poderão beneficiar.

156. Havendo calendarização, fruto de comum acordo entre o juiz e as partes, estas ficaram dispensadas de intimação para a prática de ato processual ou realização de audiências cujas datas já tenham sido previamente designadas.

157. A tutela de provisória será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo e sua concessão poderá ocorrer liminarmente ou após justificação prévia.

158. A improcedência liminar do pedido será cabível em causas que dispensem a fase instrutória, independentemente de citação do réu, quando o pedido contrariar, por exemplo, acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de

recursos repetitivos ou quando verificada a ocorrência de prescrição.

Julgue as assertivas abaixo com base na Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (Lei Complementar nº 63/90):

159. O Tribunal de Contas não poderá realizar inspeções e auditorias por iniciativa própria, ficando condicionado à provocação dos interessados.

160. O Tribunal de Contas tem jurisdição própria e privativa, em todo o território estadual, sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência. A jurisdição do Tribunal tem ampla abrangência, incluindo, por exemplo, pessoas físicas, órgãos, entidades, os que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade que cause dano ao erário e os responsáveis pela aplicação dos recursos tributários arrecadados pela União e entregues ao Estado.

DIREITO FINANCEIRO

Luciana Marinho

161. Em relação ao processo orçamentário, a Constituição Federal diz que, em caso de não recebimento da proposta orçamentária elaborada pelo Poder Executivo no prazo fixado pela Constituição Federal, o Congresso Nacional deverá elaborar sua própria proposta orçamentária.

162. Segundo a Lei 4.320/64, os créditos da fazenda pública, sendo de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados nas respectivas rubricas orçamentárias no momento de sua arrecadação, considerando-se, nesse momento como uma receita orçamentária.

163. Segundo a Lei 4.320/64, os gastos com a construção de uma escola pública, aquisição de um prédio público usado e o pagamento dos juros da dívida pública são considerados despesas de capital.

164. De acordo com a Lei 4.320/64, serão consideradas como despesas de capital as inversões financeiras, a amortização, entretanto, os juros e encargos da dívida serão despesas correntes.

165. Conforme preceitua a Constituição Federal, todo investimento público só poderá ser iniciado com prévia inclusão no plano plurianual, ou lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

166. Segundo a CF/88, as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, além disso, indiquem os recursos necessários, admitido apenas os provenientes de anulação de despesa, excluído o serviço da dívida, entre outros.

167. Conforme a CF/88, o Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos PPA, LDO, LOA e crédito adicionais enquanto não iniciada a discussão, na comissão mista da parte cuja alteração é proposta.

168. A Lei 4320/64 traz entre as fontes para abertura de créditos adicionais, o superávit financeiro apurado em balanço financeiro do exercício anterior, que é calculado pela diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais do exercício atual.

169. Considerando a disciplina constante da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a renúncia de receitas, julgue o item que se segue:

o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança é considerado renúncia de receitas, tendo em vista que a soma de vários créditos de pequeno valor tem o potencial de gerar grandes receitas.

170. De acordo com a Constituição, a lei orçamentária anual deverá conter previsões de despesas para exercícios seguintes com a finalidade de especificar investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rubens Mauricio

171. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter não contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

172. O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado, dentre outras formas previstas na CF/88, por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.

173. O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado no âmbito da União, aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei ordinária do respectivo ente federativo.

174. Em regra, é vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social. Contudo, dentre as exceções previstas na CF/88, podemos citar a possibilidade de haver previsão em lei complementar do respectivo ente federativo de idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência.

175. Os servidores da União vinculados ao RPPS terão idade mínima de 55 anos de idade, se professora, e aos 60 anos de idade, se professor, desde que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio fixado em lei complementar do respectivo ente federativo.

176. Nos termos da CF/88, no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

177. Incidirá contribuição sobre a integralidade dos proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime próprio de previdência social, cujo percentual será igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.

178. Observados critérios a serem estabelecidos em lei do respectivo ente federativo, o servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no mínimo, ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.

179. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa exclusiva dos poderes públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Contudo, compete ao poder público e à sociedade, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos objetivos previstos na Constituição Federal.

180. O tempo de contribuição federal, estadual, distrital ou municipal será contado para fins de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente será contado para fins de disponibilidade.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

181. Sobre a aplicação da lei penal no tempo e no espaço, julgue o item a seguir. A lei penal nova mais benéfica retroage para abarcar também os fatos ocorridos antes de sua vigência, devendo aplicar-se inclusive aos processos com decisão já transitada em julgado, cabendo ao juízo da execução a sua aplicação.

182. No que diz respeito à aplicação da lei penal, considere a seguinte assertiva: Em avião de empresa aérea privada peruana, que fazia o voo Lima (Peru) - Assunção (Paraguay), passageiro norueguês golpeou um peruano, que desmaiou. O comandante da aeronave, que estava em espaço aéreo internacional, desviou-a e pousou em Campo Grande – MS, para atendimento ao ferido. Nessa hipótese, deverá ser aplicada a lei penal brasileira ao caso.

183. No conflito aparente de normas, o princípio da especialidade preceitua que a norma de caráter especial exclui a aplicação daquela com caráter geral. Trata-se de uma apreciação em abstrato e, portanto, independe da pena prevista para os crimes, podendo ser estas mais graves ou mais brandas. Por exemplo, se a mãe mata o filho, durante ou logo após o parto sob a influência do estado puerperal, comete infanticídio e não homicídio.

184. Pedro passeava com seu filho de 4 anos em um parque quando um cão pitbull feroz, sem coleira e desacompanhado, quando o animal começou o ataque na criança, Pedro pegou um pedaço de madeira no chão, e arremessou na direção do animal, que fugiu. Contudo, a madeira acabou acertando a canela de Joana, que estava caminhando no parque e que no momento do golpe passava atrás do animal, ocasionando nela um ferimento de natureza leve. Diante da situação hipotética, João agiu abarcado pela legítima defesa, e deve ser absolvido do crime de lesão corporal ocasionado em Joana.

185. Sobre a relação de causalidade no Direito Penal, responda a assertiva subsequente. Gabriel dispara uma arma objetivando a morte de Rafael, sendo certo que o tiro não atinge um órgão vital. Durante o socorro, a ambulância que levava Rafael para o hospital é atingida violentamente pelo caminhão dirigido por Miguel, que sem observar o dever de cuidado, ultrapassara o sinal vermelho. Em razão da colisão, Rafael falece. Nesse caso, Gabriel deve responder por lesão corporal seguida de morte e Miguel por homicídio culposo.

186. Bárbara recebeu, inadvertidamente, uma nota falsa de R\$ 20,00 (vinte reais) e não se recorda mais de quem a obteve. A nota em questão foi recusada em diversas oportunidades em estabelecimentos comerciais que dispunham de equipamento apropriado à verificação da autenticidade de papel-moeda. Mesmo assim, e sentindo-se injustiçada por ter recebido a nota falsa de boa-fé, como se verdadeira fosse, continuou a repassá-la em outros estabelecimentos. Nesse caso, Bárbara não cometeu crime algum, pois recebeu as notas em questão de boa-fé, o que torna o fato atípico.

187. Teresa Cristina, é tesoureira de órgão público e agindo em concurso com Maria de Lourdes e em proveito desta, que não é funcionária pública mas que sabe que Teresa Cristina o é, desvia certa quantia em dinheiro, de que tem a posse em razão do cargo. Nesse caso, Teresa Cristina e Maria de Lourdes cometeram o crime de peculato, e caso haja a restituição do bem depois do trânsito em julgado, poderão ter a pena diminuída.

188. João, segurança de uma famosa rede de supermercados em São Paulo, percebeu que José escondera em suas vestes dois cremes dentais e dois sabonetes, de valor aproximado de R\$ 15,00 (quinze reais). Ao tentar sair do estabelecimento, José é preso em flagrante delito pelo segurança, que chama a polícia. Diante da situação hipotética, a conduta de José constitui crime, mas estará isento de pena, diante da inexigibilidade de conduta diversa, que é causa de excludente de culpabilidade.

189. Juca é oficial de justiça da 2ª Vara Cível de Diadema-SP. No exercício de suas funções, de posse de mandado judicial, se dirigiu à casa Peter para efetuar despejo coercitivo. Ao chegar no local, encontrou seu grande amigo Harry, que estava residindo na casa ao lado de Peter. Harry contou que Peter passava por dificuldades financeiras, tinha dois filhos pequenos e que sua esposa estava grávida. Ao tomar conhecimento de que Juca faria o despejo de Peter, Harry pediu a Juca que retardasse o despejo de Peter, no sentido de que ele pudesse se ajustar em outro lugar, o que foi prontamente atendido por Juca. Nessa hipótese, Juca deverá responder pelo crime de prevaricação.

190. Felipe, com 18 anos de idade, dirigindo um automóvel em excesso de velocidade, atropelou um pedestre que, em razão dos ferimentos, veio a falecer. Seu pai, Manoel, em atitude de solidariedade com uma mescla de desespero, assume a autoria do crime. Manoel, teria, em tese, praticado o crime de favorecimento pessoal.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fabio Dutra

191. De acordo com a Constituição Federal, os Estados e o Distrito Federal podem instituir as contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, em se tratando de órgãos reguladores estaduais e/ou distritais.

192. É defeso, ao Município, atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.

193. Entende o STF que a imunidade recíproca alcança empresas públicas prestadoras de serviço público e exploradoras de atividades econômicas, desde que a atividade seja explorada mediante regime de monopólio.

194. É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis inferiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.

195. A autoridade administrativa poderá desfazer atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.

196. José, hipotético contribuinte único sócio e administrador da empresa JOSEANTONIO EIRELI, que fabrica calçados infantis, começa a vender os seus produtos a partir de determinado momento, com emissão de nota fiscal em valores subfaturados, deixando de cumprir suas obrigações tributárias perante a Fazenda Pública. Ao iniciar um procedimento fiscal para averiguar a irregularidade, o auditor fiscal constata que no endereço de cadastro da empresa não existe nenhuma fábrica, não havendo qualquer comunicação ao Fisco quanto ao seu novo domicílio fiscal. Neste caso, após a lavratura do auto de infração e posterior cobrança fiscal, a jurisprudência do STJ admite que haja o redirecionamento da execução fiscal para o Sr. José.

197. Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, desde que, neste último caso, a atribuição de responsabilidade tributária a terceiros ocorra por expressa disposição legal.

198. Em se tratando de tributo lançado por homologação, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se, como regra, a partir da data do fato gerador da obrigação principal.

199. Determinado Município publicou uma lei concedendo isenção de 5 anos referente ao IPTU para as empresas que se instalarem em seu território e gerarem, no mínimo 20 empregos diretos. Após 2 anos da publicação da lei, diversas empresas aderiram ao benefício legalmente previsto, ocorrendo a troca da administração municipal pelas eleições. Em tal situação, não se admite que haja revogação das isenções já concedidas pelo Município.

200. A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no CTN como de indicação obrigatória no termo de inscrição da dívida ativa, ou o erro a eles relativo, são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulados-TCE-RJ-Direito-29-08-20>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>